



Jornalismo Público e Cidadania na TV Universitária¹

Michelle Fabiene Pires Ferreira GUIMARÃES²

Aline Silva Corrêa MAIA³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo: Uma vez que as TVs universitárias devem promover educação, cultura e cidadania, refletimos, neste artigo, sobre como o jornalismo produzido e veiculado por uma emissora desta natureza pode contribuir para a valorização do cidadão e garantia dos direitos e dos deveres do ser humano. Para tanto, apresentamos uma análise de matérias exibidas no Universitária Notícias, telejornal da TVU da Universidade Federal de Lavras, MG. Especificamente, buscamos nas reportagens examinadas características do jornalismo público que, além de responder à pergunta sobre “o que acontece na sociedade”, aborda também a questão sobre como melhorar a vida pública para evitar abusos e sobre que papel podem desempenhar os cidadãos – inclusive e principalmente os jornalistas – nesta tarefa.

Palavras-chave: Jornalismo Público; Telejornalismo; TV Universitária; Cidadania.

Introdução

Cada vez mais presentes entre os seres humanos, os meios de comunicação consolidam-se como mediadores da realidade. Pensando em qual seria a função da mídia na sociedade brasileira, evocamos a Constituição Federal, que determina às emissoras de rádio e de televisão a construção de programação que atenda, preferencialmente, à divulgação de conteúdos educativos, artísticos e informativos que colaborem para a promoção da cultura nacional e regional, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família. Frente ao que está previsto em lei, questionamos: como o jornalismo produzido e veiculado por uma TV universitária pode contribuir para a valorização do cidadão e garantia dos direitos e dos deveres do ser humano? Pois, as concessões destes canais são viabilizadas justamente com o objetivo de promover educação, cultura e cidadania, tendo em vista que as primeiras TVs universitárias surgiram como TVs educativas, inclusive, obedecendo à respectiva legislação.

Quando tratamos de jornalismo estamos discorrendo acerca de uma atividade intelectual originada e expandida a partir da luta pelos direitos humanos; filha legítima da Revolução Francesa, segundo Ciro Marcondes Filho (2000) – apesar de já existirem jornais um século e meio antes. Engendrando valores como razão, verdade e

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Bacharel em Comunicação Social, especialista em Comunicação Empresarial e aluna especial do mestrado em Comunicação e Sociedade da Faculdade da FCOM-UFJF, email: pires.michelle@yahoo.com.br

³ Mestre em Comunicação e Sociedade pela UFJF, email: ninemaia@hotmail.com.



transparência – marcas do espírito moderno – o jornalismo nasceu associado à destituição do poder da Igreja e da Universidade, uma vez que quebrou o monopólio do saber e a exclusividade destas instituições em acessar documentos e realizar pesquisas (MARCONDES FILHO, 2000). Sua consolidação fez emergir características ainda hoje identificadas com sua prática – as notícias, a independência, a exatidão e a noção da atividade como um serviço público – combinando ideias que perfazem sua história – o furo, a aventura, a caça da grande matéria (TRAQUINA, 2004).

Nesta perspectiva, destacamos, adiante, tópicos acerca de jornalismo, jornalismo público, cidadania e TV universitária, a serem pensados para a promoção de uma sociedade mais democrática e igualitária; em busca de uma mídia que privilegie a construção e a elaboração de conteúdos que atendam às demandas populares. Para tanto, apresentamos uma análise de matérias exibidas no *Universitária Notícias*, telejornal produzido pela TVU⁴ – TV Universitária da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais. Buscamos nas reportagens examinadas características do jornalismo público que, além de responder à pergunta sobre “o que acontece na sociedade”, aborda também a questão sobre como melhorar a vida pública para evitar abusos e sobre que papel podem desempenhar os cidadãos nesta tarefa.

Breve conceituação para Jornalismo

Destituída de formalidade, a atividade jornalística é uma das mais antigas já praticadas. Para Luiz Beltrão (2006), desde os tempos das cavernas o homem já fazia jornalismo. Ao reunir seu grupo para comunicar a aproximação de inimigos ou de uma tempestade ou, ainda, para contar histórias, o indivíduo estava informando, orientando e entretendo: estava fazendo jornalismo.

Com o tempo, esta prática passou da condição de informal – limitada à curiosidade e ao interesse de uma pessoa ou grupo – para assumir o posto de necessidade social, na medida em que foram ampliadas e diversificadas as coletividades. Aos poucos, a mobilidade dos meios de comunicação foi sendo incrementada, ao ponto que, atualmente,

mesmo com os inúmeros empecilhos que surgiram aos veículos jornalísticos com a tremenda sobrecarga de informações que lhes cabe transmitir, ainda se constituem eles o único recurso de que dispõem o homem (...) para superar as

⁴ A TVU – TV universitária da Universidade Federal de Lavras – é uma concessão da própria universidade e da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE). Inaugurada no dia três de setembro de 1999, opera por meio do sistema de radiodifusão aberta. Além de Lavras, o sinal da TVU chega a outras 20 localidades do Sul de Minas Gerais e Campo das Vertentes, totalizando um número aproximado de 333.500 telespectadores potenciais.



suas deficiências de conhecimento das ocorrências, ideias, situações e opiniões correntes e de cujo domínio depende a sua segurança e bem-estar (BELTRÃO, 2006, p.16).

Beltrão exprime que o jornalismo “é antes de tudo, informação, bem entendido, de fatos atuais, correntes, que mereçam o interesse público, socialmente significativos – porque informar sobre fatos passados é fazer história e o jornalismo, como o assinala Rafael Mainar, ‘é a história que passa’” (BELTRÃO, 2006, p.29).

De acordo com o autor, o jornalismo deve não só apresentar um fato mas também interpretá-lo, oferecer soluções quando necessário, estabelecer e fundamentar ensinamentos dele extraídos. Tais fatos devem ainda ser transmitidos periodicamente, a fim de divulgar conhecimentos e servir à opinião pública para, desta forma, promover o bem comum, sendo atualidade, variedade, interpretação, periodicidade, popularidade e promoção características fundamentais ao jornalismo.

Em uma perspectiva semelhante à de Beltrão, Ferdinand Tönnies (2006) sugere uma atividade que atende a funções sociais:

O jornalismo é a pequena mudança da literatura que penetra em todos os cantos dos lares, multiplicando o conhecimento, estimulando o pensamento, repetidamente comunicando verdades, mentiras, autenticidade e falsidades, evocando sentimentos apaixonados, confirmando atitudes, formando opiniões e sustentando conversas (TÖNNIES em MAROCCO e BERGER, 2006, p.112).

Complementarmente, Otto Groth (2006) define o jornalismo como uma obra cultural, resultado de ações humanas e que “determina, sobretudo, a direção do pensamento e da vontade das amplas camadas da sociedade, e não só destas; dele depende, em grande parte, o patrimônio de conhecimento e, por conseguinte, a capacidade de julgamento de todo o povo” (GROTH em MAROCCO e BERGER, 2006, p.184).

Para Nelson Traquina (2004), antes de ser uma forma de expressão, o jornalismo presta-se ao ofício de informar. De acordo com o autor, foi durante o século XIX que o jornalismo desenvolveu-se nas sociedades democráticas e adquiriu os moldes que hoje (re)conhecemos. Foi neste período que as redações começaram a ganhar profissionais que se dedicavam exclusivamente a esta atividade, bem como foi durante esta fase histórica que o jornalismo foi revestido de um novo objetivo: fornecer informação e não opinião. Também foi nesta época que emergiram os ideais da atividade: as notícias, a busca da verdade, a exatidão, a independência do profissional, a objetividade.



Carlos Eduardo Franciscato (2005) também discute a atividade jornalística, bem como os sentidos fundamentais utilizados pelos profissionais do campo para fixar a profissão que exercem em relação a outras práticas sociais. Instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública – esta última principalmente – são características que reverberam a imagem do jornalismo como sentinela da sociedade, pois, de acordo com o autor, o

jornal se tornou um meio de informação, fiscalização e manifestação de questionamentos a respeito de ações da autoridade governamental, alimentando uma quase obsessão por buscar romper a esfera do segredo em que eram envoltos os atos das administrações públicas (FRANCISCATO, 2005, p.162).

Para Franciscato, mudanças na sociedade propiciaram a consolidação do jornalismo, que introduziu novas experiências sociais do presente. Como instituição, a atividade jornalística acabou conquistando legitimidade para reconstruir e apresentar a um público diverso relatos sobre ocorrências cotidianas, cumprindo, assim, um papel social exclusivo e não realizado por outras organizações.

Em artigo publicado no Observatório da Imprensa, o jornalista e pesquisador Eugênio Bucci (2007) é taxativo e reforça a visão do jornalismo como ferramenta de controle e guarda da sociedade. Para ele, esta atividade tem por função servir ao cidadão e vigiar o poder. Uma vez vivendo sob os princípios da Democracia – que tem como fundamento o poder emanado do povo e para este exercido – temos o pressuposto, segundo Bucci, que o livre fluxo de informações e opiniões é necessário para a formação cidadã, para o exercício democrático. Assim, o jornalismo deve garantir a circulação de ideias, expandir o acesso à informação e limitar o poder assegurando a transparência na gestão pública.

Nesta perspectiva, torna-se inquestionável a proposição de que a informação é uma necessidade social, bem como é certo o argumento de que o jornalismo tornou-se imprescindível às relações humanas. É neste panorama que inserimos, ainda, a proposta do jornalismo público⁵, gênero que vai além de responder à pergunta sobre “o

⁵ Conceito formulado em 1990, nos Estados Unidos, por David Merrit, editor-chefe do jornal *Wichita Eagle*, veículo localizado na cidade de Wichita e de maior circulação em todo o estado do Kansas. Enquanto nos EUA tem se caracterizado mais como um movimento e ficou restrito à opção de alguns veículos de comunicação de massa, no Brasil não houve uma adesão estrita ao gênero, mas também não houve rejeição. O jornalismo público brasileiro está emergindo com características próprias, sem ações visando especificamente fundar uma categoria jornalística. Algumas confusões vêm ocorrendo, possivelmente pela conotação dada ao termo “público” no país, geralmente relacionado às esferas governamentais. Mas, entendemos que “Jornalismo Público e Comunicação Pública (...) não se referem apenas às atividades de Comunicação Social procedentes dos órgãos estatais. Há muito, a compreensão de espaço público deslocou-se da exclusividade das esferas estatal e governamental, estando muito mais ligada ao espaço social, ou à sociedade civil organizada” (MARTINS, 2004, p.4).



que acontece na sociedade”, mas aborda também outras duas questões fundamentais. A primeira é sobre como melhorar a vida pública para evitar abusos, e a segunda é sobre que papel podem desempenhar os cidadãos – inclusive e principalmente os jornalistas – nesta tarefa. O jornalismo público, em sua melhor expressão, dirige-se ao indivíduo em sua condição de cidadão responsável, não de consumidor ocioso, de vítima impotente ou de espectador em busca apenas de emoções.

A partir de Barbeiro e Lima (2002), podemos aferir que o jornalismo público busca fontes alternativas e autônomas para fundamentar as reportagens como, por exemplo, as universidades; orienta-se por uma pauta pluralista e o *hard news* cede espaço para reportagens de análise; não objetiva a conquista de mercado e, por este motivo, pode comprometer-se em exercer a busca do interesse público; não se confunde com o assistencialismo e a filantropia – ainda que, no Brasil, ele tenda a cobrir assuntos do Terceiro Setor -; supera interesses privados, mercadológicos, governamentais e partidários, colocando o interesse público sempre em primeira instância. O jornalismo público apresenta-se como via plena de cidadania, bem como sua prática encontra território oportuno nas TVs universitárias, como relacionaremos adiante.

Cidadania e Jornalismo

No Artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, temos assegurado que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por quaisquer meios de expressão”.

Diante desta constatação, colocamos em pauta o papel dos meios de comunicação e, especificamente, do jornalismo, para a valorização do indivíduo e de sua realidade. O artigo 221 do Capítulo V da Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I – preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
 - II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
 - III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
-



IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Frente ao disposto, apreendemos a vocação “cidadã” da mídia e, por extensão, do jornalismo, ao menos no campo ideológico – uma vez que tal missão nem sempre é exercida em plenitude na prática observável do cotidiano televisivo e radiofônico.

Mas, o que entendemos por cidadania? De acordo com Maria de Lourdes Manzini-Covre (2001), este tema ganhou repercussão nos últimos anos. Se nas décadas de 1960 e 1970 o termo tinha conotação pejorativa, hoje a palavra “cidadania” está presente em todas as falas: desde a de quem detém o poder político até as de camadas desprivilegiadas da população, passando pela produção intelectual e pelos meios de comunicação. Uma vez que o assunto tornou-se pauta nos mais diversos grupos, a autora questiona de que cidadania fala cada um destes atores sociais que ocupam posições tão diferentes na sociedade.

Para Manzini-Covre, a cidadania está “relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão” (MANZINI-COVRE, 2001, p.16). A prática da cidadania perpassa a garantia de direitos civis, sociais e políticos. Segundo Manzini-Covre, a Revolução Francesa evidenciou a proposta de cidadania por representar um rompimento com a ideia de direito associada ao nascimento. A partir de então, temos em emersão a questão da igualdade de todos perante a lei, a noção de que todos os cidadãos têm direitos, independente de serem ou não nascidos em família nobre.

Ao explicar a cidadania e sua relação com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Manzini-Covre exacerba, também, o papel dos meios de comunicação como ferramentas “fundamentais para a formação da opinião pública no mundo atual” (MANZINI-COVRE, 2001, p. 30), com a capacidade de reforçar ou de abalar a cidadania mediante as mensagens que veicula.

Pensando especificamente a relação entre cidadania e informação jornalística, nos deparamos com a possibilidade de implementação de “um direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo” (GENTILLI, 1995, p. 158).

Para Victor Gentilli (1995), é inquestionável que a informação é uma necessidade social. Em uma sociedade onde o acesso à realidade ocorre prioritariamente via meios de comunicação,

o jornalismo, como um processo de reconstrução da realidade concreta, é fundamental e indispensável para a vida do homem moderno: para que ele se



localize no mundo, em seu país, em sua cidade, situe-se diante do conjunto de circunstâncias que o cerca, organize sua vida a partir do conhecimento do volume de oportunidades que lhe são oferecidas, tome suas decisões e faça suas escolhas a respeito dos assuntos que lhe interesse (GENTILLI, 1995, p. 199).

É importante destacar que haverá cidadãos mais informados na medida em que maior for o número de jornais, bem como mais plurais. Assim, o direito à informação jornalística deve ser pensando como um direito de todos, sendo os conteúdos veiculados em quantidade e qualidade de modo a favorecer o melhor julgamento possível de cada um.

Ao jornalista, cabe a compreensão da relevância de seu trabalho, pois este profissional acaba por exercer o papel tanto de mediador como de representante do próprio povo. É o resultado do seu trabalho que irá conferir visibilidade ao mundo. Sabemos que a proposta dos meios de comunicação é fornecer relatos de acontecimentos julgados significativos e interessantes, conforme já estudou Nelson Traquina (1993). Mas, também é certo que os jornalistas não são simples observadores indiferentes dos fatos, mas, antes de tudo, colaboradores ativos de um delicado processo de construção da realidade.

Uma vez que os meios de comunicação não podem registrar tudo, sendo necessário selecionar, a questão é saber o quê chamará a atenção do público, sendo os temas priorizados determinados culturalmente. E as formas de retratação da realidade, principalmente das minorias e dos assuntos que lhes dizem respeito, estão diretamente relacionadas à promoção, ou não, da sua cidadania.

TV Universitária

Apesar dos canais universitários terem se desenvolvido com mais vigor nos últimos dez anos, a criação de TVs universitárias no Brasil não se trata de um processo recente. A primeira TV universitária no país surgiu como TV educativa em 1967, em Recife, vinculada à Universidade Federal de Pernambuco, por falta de uma legislação que instituisse a categoria “universitária”. De acordo com o artigo 14 do Decreto-Lei 236, de 1967, somente poderiam executar o serviço de TV educativa a união, os estados, territórios e municípios, as universidades brasileiras e as fundações constituídas no Brasil, sendo que estas duas últimas deveriam possuir recursos próprios comprovados para o empreendimento. O artigo 13, do mesmo decreto, define o que seriam as TVs Educativas.



Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates (BRASIL, 1967).

No entanto, não é possível dizer que a televisão universitária tenha começado efetivamente no Brasil há mais de 40 anos. Até 1995, quando foi promulgada a Lei Federal 8.977, conhecida como “lei da TV a cabo”, a televisão universitária não obteve grandes avanços. Por meio dessa legislação, as operadoras de TV a cabo são obrigadas a reservar uma cota para instituições públicas, sem custos para os assinantes e para os provedores de conteúdos, entre eles, um canal universitário. Além das universidades, as associações comunitárias, não governamentais e sem fins lucrativos e os órgãos responsáveis pela educação e cultura nos âmbitos federal, estadual e municipal possuem o mesmo direito garantido. O acesso aos canais universitários e gratuitos, garantido pela lei 8.977/95, tornou-se um grande estímulo, motivando várias Instituições de Ensino Superior (IES) a investirem no campo da comunicação audiovisual.

Dados da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) demonstram que, entre 1995 – quando tiveram início as iniciativas das IES de se organizarem para produzir e veicular, regularmente, conteúdos educativo-culturais – e 2003, surgiu no país nada menos que 34 canais nas diversas operadoras de TV a cabo, uma média de quase três por ano. Somando-se a eles o número de 15 emissoras educativas tradicionais de sinal aberto, que à época eram controladas por IES, o total de canais em operação subia para 49. Em 2005, já existiam 73 canais universitários. Dezesete IES veiculavam sua programação em TVs comerciais, sete através da Internet e uma através do sistema MMDS⁶. Os outros 48 canais estavam distribuídos entre as TVs abertas e as TVs a Cabo.

Apesar desta expansão, o conceito de TV universitária ainda não é compartilhado por todas as instituições que a produzem. No portal da Associação Brasileira de Televisão Universitária, podemos encontrar a seguinte definição:

Televisão Universitária é aquela produzida por Instituições de Ensino Superior (IES) e transmitida por canais de televisão (abertos ou pagos), e/ou por meios convergentes (circuitos internos de vídeo, TV Web, etc.), voltados estritamente à promoção da educação, cultura e cidadania (ABTU, 2005).

Ao contrário do que a maioria das pessoas imagina, a TV universitária não é apenas um laboratório reservado às atividades práticas dos estudantes dos cursos de

⁶ O Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanais - MMDS - é uma das modalidades de serviços especiais, regulamentados pelo decreto nº. 2196, de 08 de abril de 1997, que se utiliza de faixa de micro-ondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação do serviço.



Comunicação Social, tampouco uma ferramenta de promoção e de marketing institucional das universidades. Em uma definição simplificada, feita pelo vice-diretor da ABTU, Cláudio Magalhães, podemos entender que a produção das TVs universitárias deve exceder os limites dos muros acadêmicos.

[...] desde que a produção audiovisual seja realizada pela comunidade acadêmica e saia do ambiente restrito da sala de aula e dos laboratórios, se está fazendo TV Universitária [...]. Não importa se é produzido pelos alunos, professores, funcionários, pesquisadores ou todos eles em conjunto, mas sim que seja pautada estritamente à promoção da educação, cultura e cidadania e que tenha o desejo de ser vista pelo maior número possível de pessoas. (MAGALHÃES, 2005).

No cenário atual, as TVs universitárias, em geral, não só cumprem o papel da TV tradicional, como também possui o potencial de oferecer tudo aquilo que essa mesma TV tem deixado de lado: o atendimento às demandas por informação e entretenimento, a inclusão e a participação social da população.

Magalhães conceitua o ideal de TV universitária levando-nos a refletir sobre a existência deste formato.

Imagine uma televisão onde o conteúdo é tão importante quanto a forma. Onde 'educativo' não é sinônimo de coisa chata, mas de entretenimento com conhecimento. Uma TV onde você veria caras novas discutindo questões atuais de pontos de vista os mais diferentes. Onde a ciência é vista como participante do cotidiano e não como algo exótico ou uma prática restrita a laboratórios inóspitos e cientistas malucos. Um lugar onde os formatos tradicionais de se fazer programas de televisão se unem a ousadias, propostas inusitadas e linguagens experimentais, propícias daqueles que ainda não se padronizaram por modelos confortáveis e conformistas. Esta televisão existe, tímida, reclusa, propensa a erros e acertos nas mesmas proporções, mas persistente como os primeiros pioneiros de televisão no Brasil. É a Televisão Universitária (MAGALHÃES, 2005).

Podemos aferir desta definição uma série de características pertinentes a uma TV universitária que, colocadas em prática conjuntamente, funcionariam em sintonia com o tripé sobre o qual se estruturam as universidades – ensino, pesquisa e extensão – bem como com as premissas difundidas pelo jornalismo público.

Jornalismo Público e Cidadania: TVs universitárias como alternativa

Como gênero, o jornalismo público ainda não adquiriu o mesmo *status* de outras especializações, como, por exemplo, o jornalismo investigativo, o policial, o científico e o econômico. No Brasil, a modalidade já encontrou adeptos na imprensa,



sendo praticada, declaradamente, pelas redes públicas de televisão, como é o caso da TV Cultura, de São Paulo, e da Rede Minas, de Belo Horizonte, que, inclusive, já lançaram seus próprios manuais de jornalismo público.

Todavia, a forma de financiamento destas emissoras, dependentes do capital do Estado, muitas vezes compromete a imparcialidade defendida pelo movimento. O fato de o jornalismo público ser praticado apenas nos canais pertencentes ao Governo faz com que sejam produzidas reportagens que, em diversos casos, confundem-se com matérias institucionais, onde são mostradas viagens dos governadores, assinaturas de convênios e inaugurações de projetos.

Como alternativa, as TVs universitárias surgem como emissoras potenciais para a prática do jornalismo público. Um dos principais fatores é a forma autônoma de financiamento, que independe do poder mercadológico e do Governo. Enquanto não surge uma legislação própria que verse sobre a origem da verba de fomento destes canais, as TVs universitárias mantêm-se com os próprios recursos da universidade ou das IES às quais estão vinculadas, além de verbas advindas de apoios culturais e fundações de amparo à pesquisa e à extensão.

Tornero (2001) lista os principais traços do telejornalismo tradicional aos quais o jornalismo público se opõe: aspectos emotivos, dramáticos e espetaculares emprestados à linguagem televisiva devido às necessidades comerciais de conseguir grandes audiências; simplificação e redução do grau de complexidade das questões de que trata a televisão, empregadas pela necessidade de serem compreendidas pela grande massa; discurso abreviado e desestruturado, geralmente sem história e sem memória; personalização e identificação (real ou de personagens), gerando protagonistas televisivos, também chamados de “a elite sem poder”; o conflito, que é por si mesmo um valor do discurso televisivo; a fuga – na medida em que a televisão se constitui essencialmente como um elemento da indústria do ócio, ela privilegia o sentimento de euforia na desocupação em detrimento de um eventual sentimento de participação em acontecimentos reais.

Uma vez que o jornalismo público tem por entre suas finalidades incitar a participação popular, a tomada de atitude pelos indivíduos, este gênero firma-se como via legítima de cidadania. Ora, a cidadania, bem como seu exercício, não se limita à confecção de leis que garantam direitos e deveres aos cidadãos; mas abrange o “colocar em prática”. Quando falamos em cidadania está imbricada não só a noção de usufruir direitos, mas também a busca, a luta, a reivindicação dos mesmos. Logo, participar é

ação fundamental para a cidadania e para o estabelecimento de sociedades democráticas. E o jornalismo pode e deve fomentar esta prática.

Sendo assim, passemos à reflexão sobre as reportagens exibidas pelo Universitária Notícias, da TVU de Lavras. As matérias examinadas foram gravadas em outubro de 2005 quando, à época, a pesquisadora Michelle Guimarães – co-autora deste artigo – selecionava o material necessário para elaboração de sua monografia de conclusão de curso de graduação⁷. Todo o conteúdo foi exibido na segunda edição do telejornal, entre os dias 10 e 14 daquele mês. As gravações foram cedidas pela própria TVU. Os gráficos abaixo indicam as editorias nas quais estavam inseridas o total das 28 matérias analisadas, bem como a porcentagem das dez reportagens que continham traços do jornalismo público:

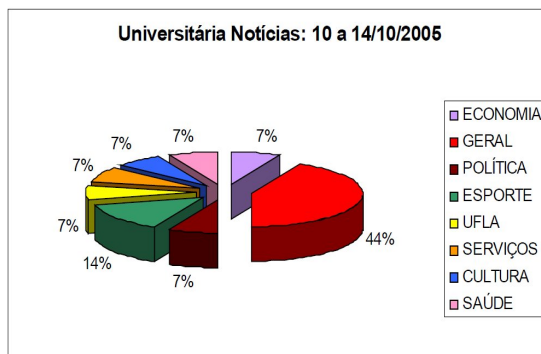


Gráfico 1

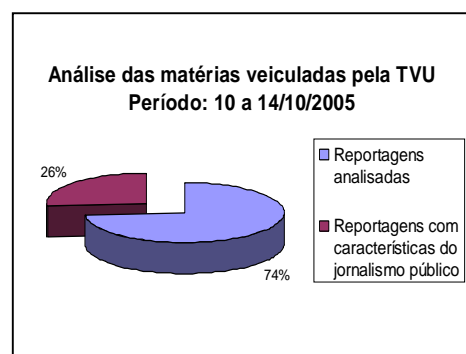


Gráfico 2

O traço fundamental percebido no telejornalismo da TVU durante a pesquisa e que vai ao encontro da filosofia que rege a prática do jornalismo público, foi a preocupação com a qualidade do material que seria veiculado e apreendido pelo receptor. Em entrevista às diretoras administrativas e de jornalismo, constatamos uma grande preocupação no que concerne à seleção das pautas que seriam produzidas pela equipe, eliminando, sempre, as sugestões vindas de assessorias de comunicação locais, bem como de telespectadores cujo objetivo fosse de promoção pessoal, empresarial ou político-partidária. Tal cuidado pode ser confirmado pela seguinte resposta da diretora administrativa da TVU, Marisa Magalhães, a um questionário aplicado durante a pesquisa:

Existe algum assunto que tenha preferência dentre os demais?

Marisa - Todo assunto que envolve educação, cultura e entretenimento. O único assunto que não merece destaque em nosso Sistema de Comunicação são todos

⁷Em sua monografia de conclusão de curso, defendida em 2006, Michelle Guimarães propõe que as TVs universitárias sejam o espaço ideal para a produção do jornalismo público, tendo em vista sua independência da lógica comercial e da influência do Estado, detentor das emissoras públicas. Constatou, por meio da análise do Universitária Notícias, a exibição de reportagens dentro desta modalidade de jornalismo.



aqueles ligados à política, quando envolvem promoção pessoal e interesses partidários. (MAGALHÃES b, 2005).

Outro aspecto positivo que também se destacou no telejornalismo da TVU foi o interesse coletivo das matérias. Foi apresentado um número considerável de reportagens de interesse público no decorrer de uma semana, tais como saúde pública, (“Faltam vagas nas UTIs de Lavras”, “Adolescentes e sexualidade”), problemas da comunidade (“Aparição de escorpiões no período chuvoso), políticas públicas (“Prevenção chuvas”), prestação de serviços (“Quadro Profissões”, que esclarece as dúvidas de vestibulandos na hora da escolha do curso superior), promoção da cidadania (“Programa de inserção de jovens carentes no mercado de trabalho).

Tendência do jornalismo público brasileiro, a ocorrência de matérias pautadas pelo Terceiro Setor, de abordagem social, esteve presente também no telejornalismo da TVU. Das 28 matérias veiculadas no período, aproximadamente 14% foram destinadas a assuntos de ordem social. Os temas tratados foram: a campanha de arrecadação de cestas básicas para o Natal, lançada pelos motociclistas do município; programa de inserção de adolescentes carentes no mercado de trabalho; visita especial a crianças hospitalizadas no Dia das Crianças; Programa Minas sem Fome do Governo do Estado em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER/MG.

O tempo das matérias também difere das reportagens produzidas em emissoras comerciais. Não existe preocupação com o número de conteúdos a exibir, mas, sim, com a qualidade das informações. Portanto, o tempo destinado às reportagens é adequado para se fazer um entendimento progressivo de forma a possibilitar a compreensão plena dos receptores.

Das matérias analisadas, destacamos três que carregam explicitamente elementos de conscientização popular e motivação à ação. A primeira delas, relativa a problemas da comunidade, é sobre o aumento dos escorpiões no período chuvoso. Além de orientar a população sobre o problema, que se intensificava a partir daquela época do ano, o VT trazia informações sobre o que fazer para eliminar as condições de proliferação do animal, bem como fazia uma prestação de serviço ao disponibilizar ao cidadão os meios pelos quais seria possível acionar o setor de zoonoses da prefeitura.

Outra reportagem que destacamos foi voltada para o exercício de políticas públicas, no caso, direcionada para a prevenção às chuvas. Trata-se da divulgação de um projeto da prefeitura de Lavras que visitava bairros com edificações de risco e



vulneráveis a desabamento. Apesar de nos dois casos as matérias terem como fonte setores da administração pública, nota-se que a primeira foi motivada pela comunidade e a segunda por um projeto da administração municipal. Mas, em ambas as situações, as reportagens levam o cidadão comum a pensar em sua responsabilidade na criação de condições para a existência dos problemas (aparição de escorpiões e desabamento de casas), bem como a agir para evitar que eles continuem acontecendo.

Por fim destacamos o quadro “Profissões”, voltado à prestação de serviço no que concerne ao esclarecimento de dúvidas dos vestibulandos sobre que curso superior escolher. Na data da análise, foi abordado o curso de Turismo, recém criado na cidade. A matéria informava sobre as disciplinas estudadas e a duração do curso, áreas de atuação de um turismólogo, faixa salarial e como estava o mercado de trabalho para este profissional. Vale ressaltar que um quadro como este, além de tirar dúvidas sobre as profissões em questão, leva os estudantes a refletirem e procurar informações sobre outras profissões não abordadas para que possam definir a carreira que pretendem seguir.

Da observação destes exemplos, apreendemos a potencialidade do telejornal para a valorização do cidadão e garantia dos direitos e dos deveres do ser humano. Também verificamos que a TVU possui grande capacidade para desenvolver sua programação jornalística dentro dos moldes propostos pelo jornalismo público; afinal, algumas características desta modalidade já são praticadas. E, ao motivar o telespectador à ação, o jornalismo também colabora para a consolidação da cidadania do indivíduo.

Considerações Finais

Em meio às possibilidades ofertadas pela prática do jornalismo público, ora evidenciado, destacamos a ampliação do exercício da cidadania – esta, engendrada no âmbito da necessidade social de informação para o desempenho pleno de direitos e deveres pelo indivíduo. Se, por um lado, temos o jornalismo público como fomentador da ação de homens e mulheres em seu contexto social, por outro, temos a participação como elemento necessário à cidadania. Nas reportagens analisadas do Universitária Notícias, da TVU de Lavras, identificamos aspectos que remetem ao jornalismo público. Paralelamente, reconhecemos elementos que apontam para conteúdos que o indivíduo tem a prerrogativa de receber para que possa exercer plenamente todos os seus direitos (indícios encontrados nas matérias sobre escorpiões e sobre a chuva, por exemplo).



Desta forma, entendemos que o jornalismo produzido e veiculado por uma TV universitária pode, sim, contribuir para a valorização da cidadania e garantia dos direitos e dos deveres do ser humano. De forma que o canal universitário cumpre sua missão, uma vez que tal concessão é viabilizada justamente com a finalidade de promover educação, cultura e cidadania, como explicamos anteriormente. O jornalismo – principalmente o produzido por uma TV universitária – deve ser demarcado como um serviço público que fornece ao cidadão-telespectador a informação de que precisa para viver e tomar suas decisões, fortalecendo, assim, a dinâmica da vida pública na qual está inserido.

Por fim, destacamos a importância do reconhecimento do jornalista sobre seu papel no contexto jornalismo público x cidadania x cidadãos. Cabe ressaltar a função deste profissional que confere visibilidade ao mundo. Principalmente em uma TV universitária, o jornalista deve conscientizar-se que sua responsabilidade vai além do conflito sobre que notícias publicar, o que levar ao conhecimento do público e a conquista de audiência. Pois, como já evidenciou Nelson Traquina (2004), os jornalistas, com seu trabalho, acabam por influenciar sobre o “quê” e “como” pensar.

Referências bibliográficas

ABTU - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA. **As perguntas mais comuns sobre televisão universitária, a ABTU e a RITU**. Disponível em <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em 10 set. 2005. Paginação irregular.

BARBEIRO, H. LIMA, P. R. de. O jornalismo público. In. BARBEIRO, Heródoto, LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

BELTRÃO, L. O Jornalismo. In. **Teoria e Prática do Jornalismo**. Adamantina: FAI & Cátedra Unesco, 2006. pp. 13-35.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal**. Organizador: Luiz Flávio Gomes. 5 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2003.

_____. **Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em <<http://www.abtu.org.br/legislacao.asp>>. Acesso em 15 out. 2005.

_____. **Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em <<http://www.abtu.org.br/legislacao.asp>>. Acesso em 15 out. 2005.

BUCCI, E. **A missão de servir ao cidadão e vigiar o poder**. Observatório da Imprensa, setembro de 2007. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=452IMQ002>
Acesso em: 20 de outubro de 2007

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: www.unhcr.ch/udhr/lang/por_print.htm



Acesso em: 20 nov. 2007.

FERREIRA, M. F. P. **TVs Universitárias e a Prática do Jornalismo Público**: a TVU da Universidade Federal de Lavras. Monografia. Faculdade de Comunicação - Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2006.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GENTILLI, V. **Democracia de Massas: Cidadania e Informação**. Dissertação apresentada à ECA-USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.

MAGALHÃES, C. **TV Universitária**: uma televisão diferente. Disponível em <<http://www.abtu.org.br/legislacao.asp>>. Acesso em 15 out. 2005. Paginação irregular.

MAGALHÃES(b), M. A. M. O jornalismo da TVU percebido por seus diretores. Lavras, 2005. Questionário respondido em 30 set. 2005, durante pesquisa de campo na TVU.

MAIA, A. S. C. **Telejornalismo e Identidade**: estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens da periferia de Juiz de Fora – MG. 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

MANZINI-COVRE, M. de L. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MARCONDES FILHO, C. **O Capital da Notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. **Comunicação e jornalismo. A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MAROCCO, B. BERGER, C. (orgs.). **A Era Glacial do Jornalismo** – Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTINS, L.(org.). **Jornalismo Público**: o social como valor-notícia. Brasília: Casa das Musas, 2004, 56p.

MELO, J. M. de; GOBBI, M. C; SATHLER, L. (orgs). **Mídia Cidadã, utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

PRIOLLI, G. **Televisão Universitária**: TV educativa em terceiro grau. Disponível em <<http://www.abtu.org.br/arquivos.asp>>. Acesso em 01 out. 2005.

TAVARES, Rogério. **As Televisões Universitárias**. Disponível em <<http://www.abtu.org.br/legislacao.asp>>. Acesso em 15 out. 2005. Paginação irregular.

TORNERO, J. M. P. **Televisión y democracia**: la recuperación del servicio público. Universidad Autónoma de Barcelona, 2001. Mimeografado.

TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993. Coleção Comunicação & Linguagens.

_____. **Teorias do Jornalismo** – Volume I Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

UNIVERSITÁRIA NOTÍCIAS. TVU da Universidade Federal de Lavras. Edições de 10 a 14 de outubro de 2005.